

Demonstrações Contábeis

INSTITUTO RONALD MCDONALD DE APOIO À CRIANÇA

31 de dezembro de 2023 e 2022

com Relatório do Auditor Independente

Sede Grupo Audisa

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

Unidades Operacionais

Pernambuco

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Rio Grande do Sul

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Unidade Tecnológica

Santa Catarina

✉ criciuma@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 @grupoaudisa

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 GRUPOAUDISA.COM.BR

São Paulo/SP, 10 de abril de 2024.

Aos Conselheiros e Administradores do

Instituto Ronald Mcdonald de Apoio à Criança
A/C Sr. Francisco Carlos Neves
Rua Pedro Guedes, nº 29 Parte - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
Cep.: 20.271-040

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezados Senhores,

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^a., o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 do **Instituto Ronald Mcdonald de Apoio à Criança**.

Atenciosamente,

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS

Sede Grupo Audisa

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

Unidades Operacionais

Pernambuco

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Rio Grande do Sul

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Unidade Tecnológica

Santa Catarina

✉ criciuma@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 @grupoaudisa

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 GRUPOAUDISA.COM.BR

INSTITUTO RONALD MCDONALD DE APOIO À CRIANÇA

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	4
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	7
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12

Sede Grupo Audisa**São Paulo**Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

Unidades Operacionais**Pernambuco**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Rio Grande do Sul

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Unidade Tecnológica**Santa Catarina**

✉ criciuma@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f @grupoaudisa

t @grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

globe GRUPOAUDISA.COM.BR

INSTITUTO RONALD MCDONALD DE APOIO À CRIANÇA

CNPJ: 03.011.570/0001-75

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as Demonstrações Contábeis**

Examinamos as Demonstrações Contábeis do **INSTITUTO RONALD MCDONALD DE APOIO À CRIANÇA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Sede Grupo Audisa**São Paulo**Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

Unidades Operacionais**Pernambuco**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Rio Grande do Sul

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Unidade Tecnológica**Santa Catarina**

✉ criciuma@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f @grupoaudisa

t @grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

g GRUPOAUDISA.COM.BR

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 14 às Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, DRP, DMPL e DFC), que divulga quanto a reapresentação de valores referentes ao exercício anterior em 2022, os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados conforme previsto na NBC TG 23(R2) – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R5) – Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Sede Grupo Audisa

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

Unidades Operacionais

Pernambuco

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Rio Grande do Sul

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Unidade Tecnológica

Santa Catarina

✉ criciuma@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 @grupoaudisa

📺 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 GRUPOAUDISA.COM.BR

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 10 de abril de 2024.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" "RJ" 024298/O-3

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO:14782348819

Assinado de forma digital por ALEXANDRE
CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782348819
Dados: 2024.06.12 17:57:56 -03'00'

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP "S" "RJ" 187.003/ O- 0
CNAI/SP – 1620

Sede Grupo Audisa

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

Unidades Operacionais

Pernambuco

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Rio Grande do Sul

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Unidade Tecnológica

Santa Catarina

✉ criciuma@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 @grupoaudisa

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 GRUPOAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 12/06/2024 18:17:14 -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 79AB2-5D7D8-B5928-BA4AF

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/79AB2-5D7D8-B5928-BA4AF>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



Balanco Patrimonial

Ativo

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2023			2022		
	Assistência Social (Assessoramento)	Atividade Meio	Consolidado	Reapresentado	Consolidado	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição	4	16.076	2.662	18.738	11.734	11.734
Caixa e equivalentes de caixa com restrição	4	13.921	-	13.921	9.592	9.592
Prestação de contas a receber	5	3.697	-	3.697	7.055	7.386
Recursos a receber	6	3.645	3.758	7.403	9.265	9.265
Total do ativo circulante		37.338	6.421	43.759	37.645	37.977
Ativo não circulante						
Depósitos judiciais	7	719	-	719	691	691
Imobilizado	8	306	-	306	347	347
(-) Depreciação Acumulada	8	-233	-	-233	-266	-266
Intangível		1	-	1	1	1
(-) Amortização Acumulada		-1	-	-1	-1	-1
Total dos ativo não circulante		792		792	773	773
Total do ativo		38.130	6.421	44.551	38.418	38.750

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

Bianca Provedel
CPF 051.735.107-22
Diretora Executiva

Francisco dos Reis Landim
CRC SP "RJ" 110.546/O-7
Contador

Balanco Patrimonial
Passivo

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023			2022	
		Assistência Social (Assessoramento)	Atividade Meio	Consolidado	Reapresentado	Consolidado
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	10	2.723	7.198	9.921	13.728	13.728
Obrigações Sociais e Trabalhistas		298	-	298	351	351
Outras Obrigações		12	-	12	1	1
Convênios e Projetos	11	13.921	-	13.921	9.592	9.592
Recursos a Repassar - Convênios em Execução	9	3.324	-	3.324	1.080	1.080
Total dos passivos circulantes		20.277	7.198	27.476	24.752	24.752
Passivo não circulante						
Provisão para Contingências	12	350	-	350	329	329
Outros Passivos		-	-	-	-	5
Convênios e Subvenções		4	-	4	5	5
Recurso Destinado Captação	13	467	-	467	486	486
Recurso Destinado Captação (a realizar)	13	-467	-	-467	-486	-486
Total do passivo não circulante		354		354	334	338
Patrimônio líquido						
Patrimônio Social		13.660	-	13.660	11.840	11.840
Ajuste de Exercício Anterior		-327	-	-327	-	-
Superávit do Período		1.667	1.722	3.389	1.492	1.820
Total do patrimônio líquido	14	14.999	1.722	16.721	13.332	13.660
Total do passivo e do patrimônio líquido		35.630	8.920	44.551	38.418	38.750

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

Bianca Provedel
CPF 051.735.107-22
Diretora Executiva

Francisco dos Reis Landim
CRC SP "RJ" 110.546/O-7
Contador

Demonstração do Resultado do Período

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2023			2022	
	Assistência Social (Assessoramento)	Atividade Meio	Consolidado	Reapresentado	Consolidado
Receita Bruta					
Receitas com doações	15	11.046	-	11.046	11.589
Marketing relacionado à causa	16	729	-	729	364
Recursos obtidos em eventos	17	1.603	-	1.603	1.336
Receitas de convênios		216	-	216	111
Filantropia Premiável	18	-	25.458	25.458	10.319
Imunidades Usufruídas	28	1.833	-	1.833	517
Trabalho voluntário	27	28	-	28	28
		15.456	25.458	40.914	24.265
					24.265
Custos das Atividades Sócio Assistenciais					
Custos com campanha	20	-1.417	-23.905	-25.322	-15.180
Assessoramento Político Técnico Administrativo Financeiro	21	-6.941	-	-6.941	-3.786
Imunidades Usufruídas	28	-1.833	-	-1.833	-517
Trabalho voluntário	27	-28	-	-28	-28
		-10.219	-23.905	-34.124	-19.843
					-19.510
Receita Líquida		5.237	1.553	6.790	4.421
					4.754
Despesas operacionais					
Despesas com pessoal	24	-4.101	-	-4.101	-2.863
Despesas com ocupação	25	-170	-	-170	-168
Despesas com viagens	26	-278	-	-278	-148
Despesas com divulgação	22	-232	-	-232	-287
Despesa com serviços prestados	23	-1.579	-	-1.579	-1.060
Despesas gerais		-6	-	-6	-6
		-6.367	-	-6.367	-4.526
					-4.531
Superávit / Déficit antes do Resultado Financeiro		-1.130	1.553	423	-105
					223
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	19	2.852	169	3.021	1.650
Despesas financeiras	19	-55	-	-55	-53
		2.797	169	2.966	1.598
					1.598
Resultado Financeiro Líquido		2.797	169	2.966	1.598
					1.598
Superávit do Período		1.667	1.722	3.389	1.493
					1.821

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

Bianca Provedel
CPF 051.735.107-22
Diretora Executiva

Francisco dos Reis Landim
CRC SP "RJ" 110.546/O-7
Contador

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Período	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.636	2.204	11.840
Superávit do período	-	1.821	1.821
Incorporação do resultado de períodos anteriores	2.204	-2.204	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.840	1.821	13.661
Superávit do período (reapresentado)	-	1.493	1.493
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	11.840	1.493	13.333
Incorporação do resultado de períodos anteriores	1.493	-1.493	-
Superávit do período	-	3.389	3.389
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.333	3.389	16.722

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

Bianca Provedel
CPF 051.735.107-22
Diretora Executiva

Francisco dos Reis Landim
CRC SP "RJ" 110.546/O-7
Contador

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022	
	Consolidado	Reapresentado	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do período	3.389	1.493	1.821
<i>Ajustado por:</i>			
Depreciação e amortização	-32	18	18
Provisão para contingência	21	21	21
Superávit do período ajustado	3.378	1.532	1.859
(Aumento) redução de ativos			
Recursos repassados	3.358	-4.380	-4.712
Outros ativos circulantes	1.862	-9.079	-9.079
Depósitos judiciais	-27	-39	-39
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores	-3.807	13.024	13.024
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-53	133	133
Outras obrigações	10	-7	-3
Convênios e projetos	4.328	9.112	9.112
Recursos a repassar para entidades	2.244	-1.390	-1.390
Caixa líquido obtido pelas atividades operacionais	11.293	8.907	8.907
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado	-10	-25	-25
Baixa do imobilizado	51		
Caixa líquido obtido / consumido pelas atividades de investimentos	41	-25	-25
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.333	8.882	8.882
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.325	12.446	12.446
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.659	21.325	21.325
Variação ocorrida no período	11.333	33.772	33.772

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

Bianca Provedel
CPF 051.735.107-22
Diretora Executiva

Francisco dos Reis Landim
CRC SP "RJ" 110.546/O-7
Contador

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto Ronald McDonald de Apoio à Criança (“IRM” ou “Instituto”) é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 09 de fevereiro de 1999, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Pedro Guedes, nº 29, declarada de utilidade pública no âmbito municipal, estadual e federal, além de contar com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

O Instituto tem por objeto social a prestação de assistência ao bem-estar das crianças e adolescentes, prioritariamente incluindo os portadores de câncer e seus familiares, por meios de ações diretas e indiretas ligadas ao câncer infantil, sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual, religiosa, ou da pessoa com deficiência dos beneficiários:

- a) Prestar assistência a crianças e adolescentes portadores de câncer, diretamente ou através de terceiros, dentro ou fora do núcleo familiar, provendo-lhes hospedagem com membros da família e/ou casas de apoio e auxílio pré ou pós hospitalização, visando seu bem-estar físico, psicológico e emocional, bem como uma melhor aderência e complacência ao tratamento de sua doença de base, assim como facilitar a adaptação da família aos efeitos da doença, podendo, oportunamente, com a concordância do Conselho Gestor, estender esta assistência a outras áreas de apoio à infância e adolescência no país;
- b) Auxiliar, mediante aporte de recursos humanos e financeiros, patrocínio e/ou celebração de parcerias, instituições públicas e privadas que atuem em finalidades congêneres, visando ampliar e fortalecer assistência, ensino e pesquisa ligadas à saúde e bem-estar infantojuvenil, prioritariamente para o câncer infantojuvenil, podendo, oportunamente, direcionar tal auxílio a outras doenças predominantes em crianças e adolescentes assim como a suas famílias;
- c) Criar, coordenar, orientar e supervisionar os programas “core” definidos pela Ronald McDonald House Charities, tais como as “Casas Ronald McDonald” (“Programas RMHC”), em todo o território nacional;
- d) Promover a cultura por meio de projetos e atividades que envolvam a realização de eventos ligados às artes e à cultura de uma maneira geral, bem como incentivar o esporte e as atividades físicas, como meios de conscientização do câncer infanto-juvenil e contribuição para o bem-estar físico e psicológico das pessoas atendidas e da população em geral, conforme projetos e programas aprovados pelo Conselho Gestor; e
- e) Praticar outras atividades conexas necessárias a consecução do objeto social, a juízo do Conselho Gestor.

Os seus serviços são prestados por 23 funcionários (21 em 2022) 1 tesoureiro e 29 conselheiros voluntários.

Para o custeio de suas atividades, o Instituto conta com os recursos provenientes de diversas campanhas, dentre as quais se destaca o McDia Feliz, e doações de pessoas físicas e jurídicas em dinheiro, eventos, produtos e serviços.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/1976 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/2011 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/2011 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em Nota Explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

A Administração do Instituto autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 12 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Administração do Instituto, na preparação destas Demonstrações Contábeis, são as seguintes:

a) Receitas

As receitas com patrocínio de pessoa jurídica ou física que possuem contratos firmados são reconhecidas pelo regime de competência, quando todas as obrigações previstas para o Instituto são cumpridas. Nos casos em que a doação, objeto de contrato, não é recebida até o final do exercício, é realizada a provisão do valor.

As receitas de doações voluntárias são variáveis, não existindo um compromisso firmado entre as partes do valor a ser doado e normalmente variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer a Instituição. Desta forma, estas receitas são apenas reconhecidas quando a certeza de sua realização, ou seja, são reconhecidas apenas quando do seu recebimento. A impossibilidade de reconhecimento destas receitas por regime de competência deve-se ao Instituto não possuir conhecimento prévio dos valores que serão recebidos e por isso, estas doações são reconhecidas no momento de seu recebimento. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas financeiras

A rentabilidade das aplicações financeiras é reconhecida no resultado do exercício quando incorrida. As receitas financeiras do Instituto se referem exclusivamente a rendimentos das aplicações financeiras.

b) Custos e despesas

As destinações de recursos repassados às instituições assistidas pelo Instituto são reconhecidas no resultado quando da prestação de contas pela entidade assistida ou da conclusão dos projetos, de acordo com a Resolução nº 49, do Conselho Nacional de Assistência Social, de 15 de março de 2007. Até que as prestações de contas sejam apresentadas ao Instituto ou os projetos sejam concluídos, os recursos repassados são mantidos em conta de Repasse para entidades conveniadas.

As demais despesas são registradas quando incorridas, de acordo com o regime de competência.

Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. O histórico do Contas a Receber da entidade não demonstra perdas efetivas, portanto, não se julgou necessária a constituição de Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados, considerando as variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados através dos montantes pelos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando os ativos são realizáveis, e os passivos exigíveis, dentro dos doze meses seguintes.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Administração considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou pelo valor justo na data da doação (quando aplicável), deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, conforme taxas descritas na Nota 8.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for vendido/baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Intangível

Representado por licenças de uso de softwares, que são amortizados a taxa de 20% ao ano.

g) Obrigações tributárias

Imunidade tributária de imposto de renda e contribuição social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o Instituto está imune do pagamento de imposto de renda, conforme estabelece a alínea c, do inciso VI, do parágrafo 150 e da contribuição social conforme previsto no artigo 195 inciso IV parágrafo 7º ambos da Constituição Federal.

A Associação faz jus à imunidade do pagamento das contribuições sociais incidentes sobre folha de pagamento, receita financeira, faturamento de acordo com a Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social que regulamenta as imunidades das contribuições sociais.

g) Provisão para demandas judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas anualmente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão é constituída com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos.

h) Trabalho voluntário

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de trabalhos voluntários (receita) e outras despesas e não altera o resultado do exercício.

A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi estabelecida a partir do valor da hora do serviço executado para cada categoria tomando-se por base o mesmo valor da hora pago aos funcionários assalariados para cada uma das categorias existentes na data do encerramento de seu Balanço Patrimonial. Assim, foi calculada a média dos salários para cada faixa, dividindo-se o valor apurado por 44 (quarenta e quatro) horas semanais e este pelo número de semanas a cada mês.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no superávit (déficit) do exercício em contrapartida a obrigações. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

j) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixas foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e, também, com a Resolução do CFC nº 1.296/2010 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Instituto optou pelo método indireto para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, recuperabilidade de ativos, provisão para demandas judiciais, dentre outros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. O Instituto revisa suas estimativas e premissas ao menos anualmente.

l) Pronunciamentos novos ou revisados que ainda não entraram em vigor

As políticas contábeis adotadas em 2023 são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis do ano anterior.

Adicionalmente não são esperados efeitos relevantes derivados dos novos pronunciamentos ou pronunciamentos revisados que ainda não entraram em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Caixa e bancos	540	614	614
Caixa e bancos com restrição	13.921	9.592	9.592
Certificado de Depósito Bancário - CDB e Fundo DI	18.198	11.120	11.120
	32.659	21.325	21.325

As aplicações financeiras do Instituto estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. As referidas aplicações financeiras correspondem a CDBs e fundos de investimentos emitidos pelos Bancos Bradesco, Itaú e Santander, e tem remuneração pós-fixada com base em 100% a 110%, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDBs e, portanto, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado na rubrica “Receitas financeiras”.

O Instituto mantém uma parcela do valor de aplicação financeira como Fundo Reserva que somente pode ser movimentado em situações emergenciais e com a autorização previa do Conselho Gestor. Em 31 de dezembro de 2023 o montante é de R\$5.437 (R\$ 4.795 em 31 de dezembro de 2022). A diferença do saldo está comprometida com as obrigações a pagar e com os projetos aprovados no Plano de Destinação de anos anteriores e com os projetos que foram aprovados no Edital de 2023

No ano de 2023 uma parte do recurso recebido da Campanha do MC Dia Feliz foi alocado em conta com restrição para ser apropriado com base na prestação de contas enviadas pelas Instituições.

5. Prestações de contas a receber e valores a repassar

Os saldos dos recursos repassados e a repassar para as entidades são compostos da seguinte forma:

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
ABRACE-DF – Brasília	185	48	71
AMCC – CUIÁBA		4	16
AACN-RJ - Rio de Janeiro	38	1.642	1.642
APACC-CAM – Campinas	281	926	926
APP-CE-FORTALEZA	94		
Associação dos A. Crianças com Câncer - MS	4	15	15
Associação Projeto Crescer - Santo André - SP		937	937
CACCDP-RN - Natal	37	12	12
Donos do Amanhã	80	24	53
AACC-MT - CUIABÁ			7
FACHAC-JAU - Jaú		680	745
FAMESP-SP-BOTUCATU	27	27	27
SBPO - Soc. Bras. Psico-Oncol. - S. Paulo			43
ACACCI - ES – VITÓRIA	13	18	18
UOPECCAN - Cascavel	324	53	78
Associação Colorindo a Vida - PA		683	683
AVOSOS-SE-ARACAJU	30	11	11
CAPE-MG-BELO HORIZONTE	71	71	71
CVSF - SP – FRANÇA	13	13	13
GACC-AM-MANAUS		3	3
AVOS-SC-FLORIANÓPOLIS	236	9	9
Hosp. Materno Infantil – SC - Joinville	18	18	18
NACC - PE Recife	104	53	53
ICI-RS-PORTO ALEGRE	233	100	100
PIOXII	6	34	34
CRM-SP	94	1.147	1.147
Tucca – SP – São Paulo	561	214	214
OASIS-MG-UBERABA	17	17	17
APALA-AL-MACEIÓ	71		13
BOLDRINI-SP-CAMPINAS	17	17	26
AMICC-SP-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	158	24	27
GACC – PERNAMBUCO	9	20	32
GACC-SP-RIBEIRÃO PRETO		38	38
GRENDACC-SP-JUNIAÍ		39	39
ITACI-SP-SÃO PAULO	28	39	51
LPCC-PR-CURITIBA		20	50
GRAACC-SP-SÃO PAULO	39		
RFCC-PI-TERESINA	114		
RFCC-SBD - SP -SANTA BARB. DO OESTE	39		
VIVER - PR - LONDRINA	46		
HRCPP - PRESIDENTE PRUDENTE	39		
Outros	673	100	147
	3.697	7.055	7.386

O saldo de recursos repassados e a repassar refere-se aos convênios já assinados pelo Instituto, cujos recursos já estão comprometidos e são registrados em contrapartida do passivo, além dos valores que já foram repassados e cuja prestação de contas ainda não foi recebida pelo Instituto.

Demonstramos abaixo, a composição dos prazos das prestações de contas a receber e valores a repassar para as instituições beneficiadas:

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Valores a repassar (provisão)	418	818	1.099
Repasses realizados até 30 dias	446	6.056	6.056
Repasses realizados entre 31 e 120 dias	360	37	37
Repasses realizados entre 121 e 180 dias	1.586	121	121
Repasses realizados entre 181 e 360 dias	467		
Repasses realizados há mais de 360 dias	420	23	73
	3.697	7.055	7.386

6. Recursos a receber

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Recursos a receber	7.403	9.265	9.265
	7.403	9.265	9.265

Valores a receber referente a venda de tíquetes antecipados vendidos pelas Instituições e venda Balcão de alguns restaurantes McDonald's franqueados referente ao McDia Feliz 2023 que depositarão em 2024. Valor a receber: R\$ 773.359,22.

Recursos em relação a campanha Mc Dia Feliz 2023 destinados em 2024 – Valores destinados: R\$ 2.620.105,06.

Valores a receber referente a campanha Filantropia Premiável - A Entidade firmou contratos para comercialização de Títulos de Capitalização junto a Aplicap Capitalização S/A CNPJ 13.122.801/0001-71 na modalidade, Filantropia Premiável. A Circular 569/2018, chamada de novo marco regulatório dos títulos de capitalização, dentre outros assuntos, teve por objetivo criar uma nova modalidade de títulos de capitalização, chamada de "FILANTROPIA PREMIÁVEL. Valor a receber: R\$ 3.758.463,46.

Valor a receber de patrocinadores do Jantar do Bem realizado em outubro, o qual será pago em 2024 – Valor a receber R\$ 205.277,00

7. Depósitos judiciais

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
COFINS - Depósito judicial	368	350	350
PIS - Depósito judicial	350	329	329
Outros Depósitos Judiciais		13	13
	719	691	691

Em outubro a Justiça Federal determinou a apuração do valor para que seja expedido o alvará em favor do Instituto Ronald e conversão em renda da União os valores relativos a COFINS.

8. Imobilizado

	Tx. Média de Depreciação (%)	Saldo em 31/12/2022	Reapresentação	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Custo						
Equipamentos e utensílios		46	46		-2	44
Móveis e decorações		10	10	4		14
Computadores e periféricos		275	275	6	-49	232
Computadores e perif. (c/restrição)		6	6			6
Instalações e benfeitorias		4	4			4
Outros		6	6			6
Total Custo		347	347	10	-51	306
Depreciação Acumulada						
Equipamentos e utensílios	10%	-42	-42	-1	1	-42
Móveis e decorações	10%	-10	-10			-10
Computadores e periféricos	20%	-205	-205	-15	49	-171
Computadores e perif. (c/restrição)	20%	-1	-1	-1		-2
Instalações e benfeitorias	20%	-2	-2			-3
Outros	10%	-5	-5			-5
Total Depreciação Acumulada		-266	-266	-18	50	-234
Imobilizado Líquido		613	613	28	-1	73

9. Recursos a repassar de convênios em execução

Os saldos dos recursos a repassar para as entidades são compostos da seguinte forma:

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
AACC-MT – CUIABÁ		1	1
AMCC – CUIABÁ		4	4
CACCDP-RN – Natal	37	13	13
Donos do Amanhã	80	24	24
AVOSOS-SE-ARACAJU	30	11	11
SBPO - Soc. Bras. Psico-Oncol. - S. Paulo		43	43
CAPE - MG - BELO HORIZONTE	18	71	71
CVSF - SP – FRANCA	13	14	14
ICI - RS - PORTO ALEGRE	233	100	100
NACC-PE-RECIFE	52		
TUCCA - SP - SÃO PAULO	579	217	217
GPACI-SP-SOROCABA	93	1	1
ABRACE-DF-BRASÍLIA	185	71	71
UOPECCAN - PR – CASCAVEL	324	54	54
NACC-PB	52	52	52
LPCC-PR-CURITIBA		50	50
ITACI - FUNDAÇÃO CRIANÇA-SP	28	39	39
GACC- SP - RIBEIRÃO PRETO		38	38
GACC – PERNAMBUCO	31	31	31
PIOXII		28	28
AMICC-SP-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	158	24	24
HOSPITAL MARTAGÃO GESTEIRA	357	22	22
ACACCI - ES – VITÓRIA		18	18
OASIS-MG – UBERABA	17	17	17
BOLDRINI-SP-CAMPINAS	17	17	17
AVOS-SC-FLORIANÓPOLIS	318	9	9
AMO-RS-NOVO HAMBURGO	12	8	8
DOMUS - RS - CAXIAS DO SUL	36	8	8
AAPC-SP-PRESIDENTE PRUDENTE	8	8	8
Hospital do Câncer de Londrina – HCL	7	7	7
FANIRMJ-MG-JUIZ DE FORA	7	7	7
APP-CE-FORTALEZA	94		
GRAACC-SP-SÃO PAULO	39		
RFCC-PI-TERESINA	114		
VIVER - PR - LONDRINA	46		
RFCC - MARINGÁ	22		
RFCC-SBD - STA. B. DOESTE	39		
HRCPP - PRESIDENTE PRUDENTE	39		
Outros	242	75	75
	3.324	1.080	1.080

10. Fornecedores

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Fornecedores a pagar	9.148	9.830	9.830
Recursos a Repassar MC Dia Feliz	773	3.898	3.898
	9.921	13.728	13.728

As operações (Fornecedores e Títulos Direitos de Resgates) vinculadas os sorteios de novembro e dezembro/23 estão classificadas nesse grupo e serão baixados em 2024.

Provisionamos os recursos da Campanha do Mc Dia Feliz de 2023 recebidos pelo Instituto Ronald, provenientes da venda do sanduíche Big Mac no balcão dos restaurantes McDonald's e da venda dos tíquetes antecipados. O recurso será repassado às Instituições participantes da campanha, conforme o cronograma físico financeiro dos projetos aprovados.

11. Convênios e projetos

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
SCM – STS Santos		215	215
MC Dia Feliz	13.711	9.220	9.220
Associação de Apoio de Mossoró	209	157	157
	13.921	9.592	9.592

Associação de Apoio de Mossoró

Em acordo firmado entre o Instituto Ronald McDonald e a Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Mossoró e Região, em razão de bloqueios judiciais em recursos da campanha do McDia Feliz de 2019, o Instituto Ronald McDonald passou a receber mensalmente os recursos da Instituição, com o propósito de recompor o montante bloqueado judicialmente. O montante repassado será destinado em 2024 para execução de projeto para aquisição de equipamento de UTI para liga Mossoroense.

MC Dia Feliz

Os recursos arrecadados pelas Instituições participantes da Campanha do Mc Dia Feliz do ano 2023 foram classificados como recurso com restrição e serão destinados para as Instituições no ano de 2024.

12. Provisão para demandas judiciais

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Tributária – PIS	350	329	329
	350	329	329

A Medida Provisória nº 2.158-35/2001, determina que as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definido pela legislação trabalhista, contribuam para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. O Instituto vem questionando o recolhimento do PIS. A provisão para contingência referente ao PIS é composta por valores depositados em juízo. A Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, afastou expressamente a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários para as entidades beneficentes certificadas pelo CEBAS e que atendam aos requisitos previstos no artigo 29 da Lei nº 12.101/2009. Portanto, desde a competência de outubro/2019 esta contribuição não é mais recolhida pelo Instituto.

O Instituto também possui ação tramitando na justiça, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da exigência de tributação de COFINS sobre as receitas financeiras obtidas pelo Instituto, o último recolhimento ocorreu em 2007. A justiça emitiu uma decisão favorável sobre esse processo.

Em decisão da Justiça Federal a União tomou ciência em 28/09/23 para que apresentasse os cálculos dos valores atualizados para permitir a conversão em renda e a expedição do alvará de levantamento do montante do COFINS em favor do Instituto.

13. Fundo de Captação de Recursos

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Recurso Destinado Captação	467	486	486
Recurso Destinado Captação (a realizar)	-467	-486	-486

O Fundo de Captação será criado com o recurso de 10% do resultado financeiro do ano de 2022 e 2023, sua destinação estará vinculado ao custo de captação com novos recursos para Instituição.

A partir de 2024 o Fundo de Captação, abatido das despesas já realizadas, estará alocado em uma conta de aplicação financeira específica para maior monitoramento de seu saldo.

14. Patrimônio Líquido

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Patrimônio Social	13.660	11.840	11.840
Ajuste de Exercício Anterior	-327		
Superávit/Déficit do Período	3.389	1.492	1.820
	16.721	13.332	13.660

Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é composto pelo Superávit ou Déficit acumulado e pelo superávit ou déficit do período. A destinação do superávit acumulado, quando existente, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada anualmente.

Ajuste de Exercícios Anteriores

Os valores correspondentes relativo ao balanço patrimonial do exercício de 2022, originalmente apresentado nas demonstrações contábeis deste exercício, está sendo reapresentado no presente exercício em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

No exercício de 2023 ocorreram ajustes nos saldos das seguintes contas, a saber:

	2022	Ajustes	2022
	Reapresentado		
Ativo Circulante			
Repasse para Outras Entidades	7.054.652,41	(331.826,81)	7.386.479,22
Passivo Não Circulante			
Receita Antecipada	0,00	4.562,93	-4.562,93
Patrimônio Líquido			
Superávit do Período	1.492.236,78	(327.263,88)	1.819.500,66

15. Receitas de doações (Receitas da Atividade de Assistência Social - Sem Restrição)

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Doações de pessoas físicas (“cofrinho”)	1.128		1.162
Doações pessoa física e jurídica	144		177
Doações Mc Dia Feliz	6.315		7.660
Doações contribuintes públicos em geral	1.465		859
Doações Mc Lanche Feliz	390		435
Grants RMHC	2		1.016
Outras receitas_	1.601		279
	11.046		11.589

Em 2022 ocorreu uma mudança na classificação da Campanha do Mc Dia Feliz, uma parte dos recursos foram classificados como Recurso com Restrição e serão destinados para as Instituições no ano de 2023. Em 2023 esse critério de classificação foi mantido e as destinações para as Instituições ocorrerão no ano de 2024.

16. Marketing relacionado à causa (Receitas da Atividade de Assistência Social - Sem Restrição)

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Arrecadação com Marketing Relacionado a Causa	729	364	364
	729	364	364

O Instituto firmou parceria com a Icatu Capitalização S/A CNPJ: 74.267.170/0001-73 para comercialização de títulos que possibilitam a cessão pelo cliente de seu direito de resgate das reservas matemáticas a favor do IRM.

17. Recursos obtidos em eventos (Receitas da Atividade de Assistência Social - Sem Restrição)

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Torneio de Golf	554	462	462
Jantar de Gala	1.048	874	874
	1.603	1.336	1.336

18. Filantropia Premiável relacionado à causa (Receitas da Atividade de Assistência Social - Sem Restrição)

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Campanha sorte acelerada		77	77
Filantropia Premiável	25.458	10.243	10.243
	25.458	10.319	10.319

A arrecadação da campanha Filantropia Premiável está vinculada aos títulos de capitalização emitidos pela APLICAP e adquiridos pelos titulares com o propósito de beneficiar o Instituto. Os valores repassados ao Instituto são líquidos, ou seja, após a dedução dos custos previstos na legislação relacionada à Filantropia Premiável. Os recursos líquidos apurados, após todos os custos de divulgação e comercialização dos títulos, são destinados à prestação de assistência ao bem-estar de crianças e adolescentes, incluindo portadores de câncer e seus familiares, bem como ao apoio a iniciativas e instituições que combatem o câncer infanto-juvenil. Essa iniciativa é uma forma inovadora de captar recursos para causas sociais, permitindo que pessoas cedam seu direito de resgate dos títulos para instituições de reconhecida atuação social e, ao mesmo tempo, participem de sorteios.

19. Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Receita Financeira			
Rendimentos de aplicações financeiras	2.981	1.611	1.611
Atualização monetária - Depósitos Judiciais	40	39	39
	3.021	1.650	1.650
	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Despesa Financeira			
Tarifas bancárias	21	21	21
Atualização monetária - Provisão para Contingência PIS	21	22	22
Impostos e Taxas	13	9	9
	55	53	53
Resultado financeiro, líquido	2.966	1.598	1.598

Os valores da campanha do McDia Feliz, correspondente a vendas balcão e tíquetes antecipados do BigMac, foram depositados para o IRM, gerando mais disponibilidade para o Instituto.

20. Custos com campanha

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Contratação de serviços PJ e PF	24.485	377	377
Material institucional para divulgação	81	14	14
Despesas com viagens	70	35	35
Divulgação Filantropia Premiável		14.178	14.178
Aquisição de cofrinhos	324	164	164
Serviços gráficos			
Outros custos	363	412	412
	25.322	15.180	15.180

A maior parte dos custos com campanhas de arrecadação refere-se a Filantropia Premiável: A Entidade possui contrato com a empresa promotora A. Paschoal intermediação de negócios LTDA CNPJ: 31.947.527/0001-51 do qual administra e realiza toda operação de comercialização, divulgação e promoção dos títulos de capitalização na modalidade Filantropia Premiável. O total dos gastos realizados pela promotora mensalmente são incorporadas as transações contábeis e financeiras do Instituto Ronald.

21. Assessoramento Político Técnico Administrativo Financeiro realizado para entidades de assistência social e de saúde conforme quadro abaixo:

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CACCDP-RN-NATAL	37	22	22
CARM JAHU - SP - JAHU	681	493	428
APALA-AL-MACEIÓ		20	7
CACC-RS-SANTA MARIA		7	7
CRM RIO - RJ - RIO DE JANEIRO	1.605	1.204	1.204
Associação Projeto Crescer - Santo André - SP	937	646	646
GACCIT - BA - ITABUNA	84	8	8
ICI - RS - PORTO ALEGRE		8	8
CRM BELÉM - PA - Belém	683	486	486
CRM CAMPINAS - SP - Campinas	644	477	477
CRM MOEMA - SP - São Paulo	1.054	348	348
TUCCA - SP - SÃO PAULO	433	4	4
FUNDACAO DESENERFCC - PI - Teresina		2	2
GACC - AM - MANAUS	88	2	2
AACC-MT - CUIABÁ	2	18	
AAPC - SP - PRESIDENTE PRUDENTE	8		
DOMUS-RS-CAXIAS DO SUL	42	8	
ISCM - SP - MARÍLIA	7		
RFCC - PR - MARINGA	23		
Outros	231	130	5
	6.559	3.883	3.654
SAÚDE			
GRENDACC - SP - JUNDIAÍ	91	39	39
ABCC-SP-BAURÚ		16	16
AMGLPV-MG-UBERLANDIA		16	16
HOSPITAL MARTAGAO GESTEIRA	33	2	2
UOPECCAN - PR - CASCAVÉL		30	6
APP-CE-FORTALEZA	66	1	1
GPACI - SP - SOROCABA	93	78	41
Outros	99	52	11
	382	235	132
Total	6.941	4.118	3.786

22. Despesas com divulgação

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Despesas com divulgação	232	287	287
	232	287	287

23. Despesas com serviços prestados

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Despesas com serviços prestados	1.579	1.060	1.060
	1.579	1.060	1.060

24. Despesas com pessoal

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Salários	2.372	1.769	1.769
Encargos Sociais	361	170	170
Provisão de Férias e 13º Salário	452	390	390
Vale Refeição	235	159	159
Assistência Médica	538	303	303
Outras Despesas com Pessoal	144	71	71
	4.101	2.863	2.863

25. Despesas com ocupação

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Manutenção	4		
Aluguel, condomínio e energia elétrica	65	63	68
Depreciação e amortização	17	18	18
Telefone	21	17	17
Internet	4	4	4
Material de escritório	6	10	10
Correios	14	10	10
Outras despesas com ocupação	39	42	42
	170	163	168

26. Despesas com viagens

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Programas	278	148	148
	278	148	148

27. Trabalho voluntário (Receitas da Atividade de Assistência Social - Sem Restrição)

Durante o exercício de 2012, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 que menciona necessidade de contabilização dos “serviços voluntários” utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Durante o exercício de 2023, a entidade mensurou o custo do trabalho voluntariado dos Conselheiros de forma a considerar o que efetivamente seria desembolso financeiro com base nas Atas das reuniões, contabilizados em conta de receitas/despesas compensatória no montante de R\$28.

28. Isenções Usufruídas (Receitas da Atividade de Assistência Social - Sem Restrição)

	Consolidado		
	2023	Reapresentação	2022
Contribuição previdenciária	637	517	517
Pis sobre Folha de Pagamento	25		
Cofins sobre Faturamento	1.172		
	1.833	517	517

As Isenções Usufruídas são compostas pelos valores de Contribuição Previdenciária que seriam pagos caso o Instituto não tivesse a isenção desta Contribuição.

A partir do ano de 2023 incluímos na escrituração contábil os valores de isenção do PIS sobre Folha de Pagamento e COFINS sobre Faturamento. Com o registro no CEBAS a Instituição possui isenção também desses impostos.

29. Cobertura de seguro

Os seguros contratados pela Entidade são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos e perdas sobre seus ativos, conforme as apólices abaixo:

	<u>2022/2023</u>		
	Limite máximo da indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade civil (D&O)	3.500.000	31/05/2022 a 31/05/2023	Travelers Seguros Brasil S.A.
Compreensivo empresarial	6.509.348	28/02/2022 a 28/02/2023	Tokio Marine S.A.
Responsabilidade civil geral	30.000.000	06/10/2022 a 06/10/2023	HDI Global Seguros S.A.
Compreensivo empresarial	7.158.783	28/02/2023 a 28/02/2024	Tokio Marine S.A.
Responsabilidade civil D&O	4.000.000	31/05/2023 a 31/05/2024	Liberty Seguros S.A
Responsabilidade civil geral	30.000.000	06/10/2023 a 06/10/2024	HDI Global Seguros S.A.

30. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e, também, com a Resolução do CFC nº. 1.296/2010 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método optado pela Entidade em sua elaboração foi o INDIRETO.

31. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

Em 2021 o Instituto Ronald protocolou tempestivamente o pedido de renovação da certificação junto ao Ministério da Cidadania, entretanto o mesmo foi indeferido sob a alegação de que a área de atuação do Instituto Ronald McDonald não é certificável. Dentro do prazo (09/11/22) legal, o Instituto Ronald protocolou recurso e este, após apreciado pelo Ministério, que foi deferido através da Portaria nº 31, de 10/05/2023, publicada em 16/05/2023. Essa renovação apresenta período de validade entre 22/04/2021 e 21/04/2024.

Em atendimento ao prazo de renovação previsto no artigo 37 da Lei Complementar 187/2021, o Instituto efetuou protocolização através do Portal de Serviços, em 29/12/2023 e segue em análise sob o protocolo de nº 308796.0797345/2023, para o período certificável de 22/04/2024 a 21/04/2027.

32. Requisitos para Imunidade Tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, e esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

33. Requisitos para Manutenção da Imunidade Tributária

O Instituto Ronald McDonald de Apoio à Criança é uma Entidade Beneficente de Assistência Social, detentora do CEBAS, e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 4º da Lei Complementar nº 187/2021, cumpre os seguintes requisitos:

- não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- apliquem suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- mantenham escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;
- não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
- conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

- prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas;
- obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, vedado dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou categoria profissional.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

Bianca Provedel
CPF 051.735.107-22
Diretora Executiva

Francisco dos Reis Landim
CRC SP "RJ" 110.546/O-7
Contador